

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS DE ESCOLARES DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS/RS

ARIANE DE FREITAS ULGUIM¹; LUISA BORGES TORTELLI²; MARINA
SOARES VALENÇA³; NATHALIA BRANDÃO PETER⁴; LUDMILA CORREA
MUNIZ⁵; CRISTINA CORRÊA KAUFMANN⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – arianeulguim97@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – luisa.tortelli@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – marinavalenca@outlook.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – nathaliabpeter@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – ludmuniz@yahoo.com.br

⁶Universidade Federal de Pelotas – cristinackaufmann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A alimentação é essencial para a vida do ser humano, sendo de extrema importância a inserção de hábitos alimentares saudáveis na rotina diária para a garantia de uma boa qualidade de vida (BRASIL, 2012). Segundo a Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Baseia-se em práticas alimentares que promovam a saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2006).

No Brasil, no ano de 2009, a insegurança alimentar estava presente em 30,2% dos domicílios. Dados apontam prevalências de insegurança alimentar maior nas áreas rurais, quando comparadas com as áreas urbanas (IBGE, 2014). A literatura demonstra como determinantes da insegurança alimentar e nutricional: a menor renda familiar, a baixa escolaridade, a falta de emprego e o ambiente (MORAIS et al., 2014). Descreve assim a pobreza e as desigualdades sociais como decisivas para caracterizar a insegurança alimentar, com efeito nos grupos mais vulneráveis (SALLES-COSTA et al., 2008). A insegurança alimentar pode ser detectada pela fome, desnutrição e também pelo excesso de peso e doenças resultantes de uma alimentação desequilibrada (CORRÊA, 2007). Estes, são fatores que podem causar prejuízo no crescimento, desenvolvimento ou ocasionar um excesso exagerado de peso e consequentemente, gerar a longo prazo algumas doenças crônicas não transmissíveis (MORAIS et al., 2014). A falta de acesso a determinados alimentos ou escolhas de menor custo, oferecem uma alimentação sem qualidade adequada para suprir as necessidades nutricionais de um indivíduo (NOBRE et al., 2009).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é um instrumento utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na avaliação da Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Utilizada para mensurar os níveis de insegurança alimentar nos domicílios da zona urbana e rural, a escala mede a percepção e vivência da fome com fácil aplicação e baixo custo, indicando questões psicossociais de insegurança alimentar (SARDINHA, 2014).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é avaliar a prevalência de insegurança alimentar e nutricional das famílias dos escolares na zona rural da rede municipal de ensino da cidade de Pelotas e possíveis fatores associados.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa faz parte de um estudo maior, do tipo censo, transversal qualitativo, realizado nas 21 escolas municipais da zona rural de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul. Para o atual estudo, foi realizada apenas avaliação quantitativa e utilizados os dados referentes aos pais/responsáveis da comunidade escolar rural do município de Pelotas. A coleta de dados foi realizada através de um questionário auto aplicado com todos os pais/responsáveis dos escolares regularmente matriculados nas escolas municipais rurais.

A Insegurança Alimentar foi avaliada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) – versão curta, a qual contém cinco questões referentes aos últimos três meses (SANTOS et al., 2014). Para a classificação de Insegurança Alimentar foi usado a seguinte pontuação: os pontos de corte de 0 a 2 classificam segurança alimentar e entre 3 a 5 insegurança alimentar no domicílio (GIGANTE et al., 2014). Sendo considerado a resposta sim.

Os dados de interesse coletados incluíram as variáveis: sexo (masculino e feminino); idade (anos completos); cor da pele (branca e não branca); número de pessoas do domicílio; situação conjugal (casado (a) ou mora com companheiro (a), solteiro (a), divorciado (a)); escolaridade (em anos completos); trabalhador rural (sim ou não).

Os dados da pesquisa foram duplamente digitados no Epidata e analisados no Stata 12. Foram calculadas as frequências de todas as variáveis independentes e realizada análise bivariada entre elas e o desfecho. Foi usado o teste estatístico qui-quadrado para testar as associações. Somente as variáveis com $p < 0,05$ foram consideradas associadas ao desfecho de forma estatisticamente significativa.

Foi assinado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) por todos os participantes, em duas vias, sendo que uma cópia ficou com o participante e outra com o pesquisador. Além disso, foi estabelecido convênio entre a Prefeitura Municipal de Pelotas e a Universidade Federal de Pelotas para realização do projeto. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (Faculdade de Medicina), conforme Resolução 466/2012 sob parecer número 950.128/2015.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 1126 pais/responsáveis. Destes foi possível analisar a Insegurança Alimentar em 921 participantes, sendo encontrada prevalência de 19,0% ($n=175$). A maioria da população estudada era do sexo feminino (86,9%) e apresentava idade superior a 30 anos (80,2%), além de serem da cor branca (83,6%). Quanto à escolaridade, verificou-se que 27,9% estudaram no máximo quatro anos completos. A grande parte deles referiu ser trabalhador rural (63,4%) e ser casado ou morar com companheiro (87,4%). Foi identificado que 68,5% tinham quatro ou menos moradores no domicílio.

Foi possível observar a prevalência de insegurança alimentar em famílias de escolares da zona rural da rede municipal de ensino de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, conforme características sociodemográficas. A idade ($p = 0.018$), cor da pele ($p < 0.001$), escolaridade ($p < 0.001$) e número de pessoas no domicílio ($p = 0.003$) mostraram-se associadas ao desfecho de forma estatisticamente significativa. Com relação à idade, verificou-se que quanto menor a idade, maior a prevalência de insegurança alimentar (25,3%). A insegurança alimentar entre os participantes não brancos foi maior quando comparado com os brancos, ou seja,

30,0% e 16,9% respectivamente. Quando analisado os anos de escolaridade, aqueles que tinham até 4 anos completos de estudo apresentaram 25,1% de insegurança alimentar. Os indivíduos que estudaram no mínimo 9 anos obtiveram 10,4% e os participantes que tinham pelo menos 5 pessoas no domicílio tiveram prevalência de 24,7% de insegurança alimentar.

Diversos estudos mostram que a população rural brasileira possui maior prevalência de insegurança alimentar quando comparada a população urbana e que a região nordeste apresenta os mais elevados percentuais do Brasil (IBGE, 2014). No ano de 2010 foi publicada uma pesquisa com base populacional realizada na mesma cidade do atual estudo na qual identificou prevalência de Insegurança Alimentar 11,0% na zona urbana de Pelotas, RS (SANTOS; GIGANTE; DOMINGUES, 2010).

Uma pesquisa também na região sul do Brasil, na cidade de Rio Grande utilizou a mesma versão curta como instrumento para análise e encontrou 26% de insegurança alimentar além de a menor escolaridade e o maior número de pessoas no domicílio estarem associados à insegurança alimentar (MAAS et al., 2018).

4. CONCLUSÕES

A prevalência de insegurança alimentar e nutricional entre as famílias dos escolares da rede municipal da zona rural da cidade de Pelotas, RS foi elevada e mostrou-se associada a importantes características sociodemográficas. Os resultados encontrados ressaltam a importância de reconhecer os fatores associados a insegurança alimentar, para o planejamento e realização de políticas públicas, programas de prevenção e promoção a saúde e do acompanhamento de diversos profissionais da área da saúde nesta população a fim de garantir a informação sobre escolhas alimentares, o acesso regular e permanente ao alimento com quantidade e qualidade, como é do direito de todos, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 179, 18 de setembro de 2006, seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde), 2012.

CORRÊA, A.M.S. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos avançados**, São Paulo, v.21, n.60, p.143-154, 2007.

GIGANTE, D.P. et al. Brasil. Ministério do Desenvolvimento social e Combate a fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e combate à fome. v.4. **Segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

MAAS, N.M. et al. **Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil**. Revista Ciência e Saúde Coletiva (2018/Nov). Acessado em 24 de ago. 2019. Online. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/inseguranca-alimentar-em-familias-de-area-rural-do-extremo-sul-do-brasil/17030?id=17030>

MORAIS, D.C. et al. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.5, p.1475-1488, 2014.

NOBRE, L. N. et al. Segurança Alimentar em uma Comunidade Rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.16, n.1, p.18-31, 2009.

SALLES-COSTA, R. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de nutrição**, Campinas, v.21, 2008.

SANTOS, L.P. et al. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.48, 2014.

SANTOS, J.V.; GIGANTE, D.P.; DOMINGUES, M.R. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, 2010.

SARDINHA, L.M.V. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.